

**A HIERARQUIA NO PEQUENO COMÉRCIO COLONIAL: ESTABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO  
(MARIANA (1733-1753))<sup>1</sup>**

Flávio Rocha Puff  
Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)  
Professor de História do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG

**RESUMO**

O presente artigo tem como proposta discutir alguns aspectos relacionados à dinâmica do pequeno comércio e da atuação dos agentes mercantis nas Minas setecentistas. Para tanto, três pontos foram destacados: estabilidade, diversificação e hierarquia. No primeiro ponto buscamos medir a longevidade dos comerciantes à frente de seus estabelecimentos comerciais através da seriação e quantificação dos registros de coimas e fianças e almotaçaria ao longo do período de nosso recorte. Quanto à diversificação das atividades procuramos perceber, por meio do método de cruzamento de fontes, o envolvimento dos pequenos comerciantes em diferentes atividades econômicas, medindo assim suas respectivas capacidades de ampliação de seus negócios individualmente e em grupo.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Pequeno Comércio; Agentes mercantis; Estabilidade; Diversificação; Minas Gerais.

**ÁREA:**

1. História Econômica e Demografia Histórica.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação de parte do Capítulo III da dissertação de mestrado do autor, para maiores detalhes ver: PUFF, Flávio Rocha. Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: Perfil, atuação e hierarquia (1716-1755). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. UFJF. Juiz de Fora. MG. 2007.

## **A HIERARQUIA NO PEQUENO COMÉRCIO COLONIAL: ESTABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO (MARIANA (1733-1753))**

Por que é certo que nunca houve um país, em qualquer época que fosse, onde os mercadores se encontrassem num único nível, iguais entre si e como intercambiáveis.<sup>2</sup>

Partindo das palavras de Fernand Braudel pretendemos discutir um aspecto estrutural do mercado colonial que foi a desigualdade existente entre os agentes mercantis. O mercado colonial como Frago bem diz foi um grande reprodutor das desigualdades sociais no período:

(...) a dinâmica de funcionamento do mercado não-capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social \_ do poder enfim. A única possibilidade de reversão dessa tendência seria o acesso das menores fortunas a esfera mercantil, opção definitivamente vedada aos mais pobres.<sup>3</sup>

A esfera mercantil a qual o autor faz referência seria o comércio externo e o mercado de crédito, principais ramos da economia da América portuguesa.

A desigualdade existente entre os agentes mercantis pode ser vista de vários aspectos, como por exemplo: nível de riqueza, envolvimento com o mercado de crédito, tipo de mercadoria comercializada, entre outros. Em nosso estudo tomaremos três pontos em específico: a longevidade dos comerciantes à frente do pequeno comércio, a capacidade de diversificação dos mesmos em diferentes ramos econômicos e as diferentes modalidades econômicas que esses desenvolveram.

### **3.1 – A ESTABILIDADE DOS COMERCIANTES EM MARIANA E CAMARGOS**

O tempo que um comerciante permanece com um estabelecimento em funcionamento diz muito da sua potencialidade, ou seja, se tal comerciante possuía ou acumulava recursos para superar momentos de crise e permanecer por mais tempo na praça. Dessa forma, entendemos que, os comerciantes objetos de nosso estudo \_\_ os donos de lojas, vendas e ambulantes \_\_ se diferenciavam hierarquicamente um dos outros quando permaneciam por mais ou menos tempo nessas modalidades de comércio. Por isso, justifica-se a estabilidade como um dos referenciais de hierarquização dos pequenos comerciantes.

Para efeito da medição da longevidade dos comerciantes agrupamos os registros de coimas em fianças em quatro grupos de frequência. O primeiro é o dos comerciantes que aparecem apenas uma vez em toda série de registros; o segundo é o daqueles que aparecem de duas a cinco vezes apresentando fiador; o terceiro grupo é o dos agentes que aparecem entre seis e 10 vezes nos registros e por último o agrupamento dos comerciantes que aparecem mais de 11 vezes sendo afiançados.

Nos quadros 7 e 8 estão agrupados os registros de coimas e fianças de Camargos e Mariana respectivamente. Antes de analisarmos estes dados algumas ressalvas devem ser feitas: primeiro devemos salientar que o registro das lojas e vendas era feito anualmente. Assim sendo,

---

<sup>2</sup> BRAUDEL, Fernand. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 331.

<sup>3</sup> FLORENTINO, Manolo G. O arcaísmo com projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 c. 1840. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993. p. 184

os agrupamentos que fizemos respeitam a periodicidade correspondente a esse período. Outro ponto é com relação aos tipos de estabelecimentos que estão presentes nesta amostra. As coimas e fianças, como dissemos na introdução, açambarcavam além das lojas de fazenda seca e a venda de molhados, os oficiais mecânicos. Todavia para efeito desta análise os últimos foram retirados da montagem das tabelas, mesmo porque, possuem uma periodicidade diferente. Os registros dos oficiais mecânicos eram feitos semestralmente.

### QUADRO 7

#### Frequência dos comerciantes nos registros de coimas e fianças de Camargos (1733-1753)

	Nº de comerciantes	Percentual	Percentual acumulado
1 vez	88	45,4	45,4
De 2 a 5 vezes	76	39,2	84,5
De 6 a 10 vezes	22	11,3	95,9
Mais de 11 vezes	8	4,1	100,0
Total	194	100,0	

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

### QUADRO 8

#### Frequência dos comerciantes nos registros de coimas e fianças de Mariana (1733-1753)

	Nº de comerciantes	Percentual	Percentual acumulado
1 vez	307	51,2	51,2
De 2 a 5 vezes	213	35,5	86,7
De 6 a 10 vezes	62	10,3	97,0
Mais de 11 vezes	18	3,0	100,0
Total	600	100,0	

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

Analisando os quadros acima o auto percentual de pessoas que parecem apenas 1 vez é o que chama mais atenção nas duas localidades. Aproximadamente metade daqueles que se aventuraram na atividade mercantil de pequena monta não passaram do primeiro ano com o estabelecimento em funcionamento. Um índice que indica uma alta instabilidade para esse ramo de atividade econômica. Outros estudos apontam essa tendência só que para outras modalidades

de comércio, sobretudo, aqueles que movimentavam maior quantidade de mercadorias. Esperava-se que, por se tratar de uma atividade que é desenvolvida em estabelecimentos fixos esse percentual de volubilidade fosse menor. Como explicar tal fenômeno?

Em se tratando do comércio de grosso trato o caráter especulativo dos agentes é a explicação mais aceita para entender tal fenômeno. Para Antonio Carlos Jucá de Sampaio tal característica estava na estrutura do comércio colonial, devido à intensa participação de agentes detentores de pequeno capital mercantil.

O pequeno comerciante, sem condições para uma presença permanente nas grandes rotas comerciais, buscava lucrar através da participação nos negócios mercantis que apresentassem maior lucratividade (ou maior expectativa desta) em cada momento.<sup>4</sup>

Vale ressaltar que os pequenos comerciantes a que Sampaio faz referência possuem um capital que os permitia se aventurarem em diferentes ramos, que não é o caso, por exemplo, de um dono de venda. Dessa maneira, entendemos que a especulação pode ser sim uma das explicações para o grande número de pessoas que não passaram de um ano à frente do comércio em Mariana e Camargos, porém ela sozinha não responde à questão.

Credito esse percentual elevado de instabilidade também à pobreza que assolava a maior parte das pessoas envolvidas com o comércio varejista, evidenciada pela grande presença de forros. O comércio se apresentava como um das poucas alternativas para se livrarem dessa condição, todavia, a falta de recursos minava com essa possibilidade.

Nos quadros 9 e 10 abaixo podemos observar outros dados que nos ajudarão no melhor entendimento da questão.

### QUADRO 9

**Relação entre freqüência e condição social dos comerciantes de Camargos (1733-1753)**

	Condição social dos comerciantes					
	Livre		Forro		Escravo	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	72	49,7%	9	31,0%	7	35,0%
De 2 a 5 vezes	49	33,8%	14	48,3%	13	65,0%
De 6 a 10 vezes	16	11,0%	6	20,7%		
Mais de 11 vezes	8	5,5%				

Fonte: AHCM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

### QUADRO 10

Nos quadros acima a estabilidade entre os livres tem percentuais bem próximos nas duas

**Relação entre freqüência e condição social dos comerciantes de Mariana (1733-1753)**

	Condição social dos comerciantes					
	Livre		Forro		Escravo	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	221	47,8%	37	50,7%	49	75,4%
De 2 a 5 vezes	170	36,8%	29	39,7%	14	21,5%
De 6 a 10 vezes	54	11,7%	6	8,2%	2	3,1%
Mais de 11 vezes	17	3,7%	1	1,4%		

Fonte: AHCM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

localidades. O abandono da atividade comercial de pequena monta já no primeiro ano, entre esse grupo social, é alto, tanto em Camargos quanto em Mariana. Aproximadamente 50% em média abandonavam a carreira no comércio varejista logo no primeiro ano de atividade. Nesses casos o caráter especulativo talvez seja a melhor explicação.

Todavia, quando analisamos os forros e escravos é notória as diferenças da participação desses dois seguimentos em Camargos e Mariana. Os forros de Camargos apresentam um percentual de constância à frente da atividade mercantil bem maior que os de Mariana. Enquanto em Mariana metade dos ex-cativos abandona a venda de mercadorias depois do primeiro registro, em Camargos apenas 1/3 o fazem. Na faixa de frequência intermediária (De 2 a 5 vezes) os forros de Camargos são mais estáveis ainda, quase metade deles aparecem registrando seus fiadores.. No terceiro grupo de frequência, ou seja, comerciantes que ficaram entre 6 a 10 anos na praça de comércio local, 1/5 dos forros permaneceram. Índice também maior que os livres da freguesia envolvidos no ramo comercial. A conclusão que se chega é a de que os forros de Camargos são muito mais estáveis na prática mercantil de pequena monta que seus pares marianenses. A explicação para tal estabilidade de ex-cativos em uma localidade e instabilidade em outra está ligada ao nosso entender a dois fatores: primeiro, que Mariana mostrou um mercado mais restrito para a população forra, tal restrição advém da concorrência, e da falta de condições financeiras de muitos para se manter nesta disputa; o segundo aspecto está ligado a uma estratégia de ação mais eficaz dos forros de Camargos para driblar tais restrições. Os pequenos comerciantes da freguesia ao que nos parecem optaram pela perseverança diante das dificuldades apresentadas pela estrutura do mercado local. Com isso muitos permaneciam por mais tempo na praça de comércio.

Os índices de estabilidade dos escravos são seguramente mais baixos, sobretudo em relação aos forros, mais de 90% deles não passam dos dois primeiros grupos de frequência. Entre os escravos também é nítida a disparidade entre os índices de constância nas duas localidades. A diferença é de mais de 100% entre aqueles que não passaram de um ano atuando no comércio varejista de uma localidade para outra. Enquanto em Camargos 1/3 permaneceram por mais de uma temporada no comércio, em Mariana 2/3 da escravaria aparece apenas uma vez nos registros de fianças.

No caso dos escravos comerciantes a explicação para a instabilidade está no caráter especulativo da sua atuação, pois o escravo estava sujeito às estratégias de seus senhores. Isto é, o escravo era posto para vender mercadorias pelo seu senhor e esse, vendo que os lucros recebidos não estavam correspondendo ao desejado dirigia o cativo para outra atividade. Dessa forma, a maior instabilidade apresentada pelos escravos de Mariana explica-se pela maior oferta de serviços neste núcleo urbano, o qual possibilitava ao senhor transferir seu cativo para ramos econômicos distintos assim que achasse uma oportunidade de auferir maiores lucros com seu cativo.

Complementando a análise da estabilidade entre os pequenos comerciantes a partir de sua condição, passemos agora ao estudo por gênero. Analisando os níveis de estabilidade entre homens e mulheres em Camargos e Mariana deparamos com dados também interessantes como podemos ver nas tabelas que se seguem.

## QUADRO 11

### Relação entre freqüência e sexo dos comerciantes de Camargos (1733-1753)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	68	47,9%	20	38,5%
De 2 a 5 vezes	49	34,5%	27	51,9%
De 6 a 10 vezes	17	12,0%	5	9,6%
Mais de 11 vezes	8	5,6%		
Total	142	100,0%	52	100,0%

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

## QUADRO 12

### Relação entre freqüência e sexo dos comerciantes de Mariana (1733-1753)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Nº de comerciantes	%	Nº de comerciantes	%
1 vez	214	46,7%	93	65,5%
De 2 a 5 vezes	173	37,8%	40	28,2%
De 6 a 10 vezes	54	11,8%	8	5,6%
Mais de 11 vezes	17	3,7%	1	,7%
Total	458	100,0%	142	100,0%

Fonte: AHCMM: Registro de coimas e fianças. Cod. 123, 133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652 e 664.

Os comerciantes livres eram em quase sua totalidade homens, enquanto as mulheres eram forras e escravas. Essas informações contribuem para ratificar as justificativas para o grau de estabilidade apresentado anteriormente e trás também outras questões para o entendimento da dinâmica da atividade mercantil de pequena monta.

Dessa forma, como era de se esperar os homens envolvidos com a prática comercial em Camargos e Mariana apresentam níveis de permanência bem próximos nas duas localidades. Nas duas localidades os índices acompanham a tendência apresentada entre a população livre, ou seja, um índice de instabilidade alto no primeiro ano, fruto do caráter especulativo, mas uma maior estabilidade nas faixas de freqüência seguintes, sobretudo entre aqueles que permanecem por mais tempo atuantes no pequeno comércio.

Já as mulheres demonstram um comportamento bem distinto nas localidades estudadas. Enquanto, em Camargos os índices de estabilidade nos primeiros anos de atividade no pequeno comércio apresentados pelas comerciantes femininas são melhores que o da população

masculina, já em Mariana a inconstância das mulheres é elevadíssima, por volta de 2/3 delas não passam do primeiro ano como comerciantes.

A explicação para a maior estabilidade das mulheres de Camargos a frente do comércio está nas limitações presentes em um mercado de uma freguesia em relação a sede do Termo. Mariana ao mesmo tempo em que se apresentava como uma localidade que deixava as vendeiras vulneráveis devido à concorrência, por outro lado, era um lugar de maior oferta de serviços. Enquanto que em Camargos, o comércio de mercadorias era uma das poucas oportunidades de inserção dessas mulheres na vida econômica local, em Mariana essas mulheres poderiam desenvolver outras habilidades. Não tendo outra atividade a desenvolver, as forras de Camargos persistiam na tentativa de permanecer na venda de molhados. O que parece, como mostra os quadros 11 e 12 foi a estratégia mais acertada.

Não podemos esquecer também que a elevada instabilidade das mulheres no comércio decorre também da presença de escravas, as quais tem um comportamento diferente das demais, isso devido ao que fora dito anteriormente, essas estavam sujeitas à especulação dos seus proprietários.

Finalizando a discussão acerca do tema da estabilidade, os quadros 13 e 14, apresentam a estabilidade nos dois principais ramos do pequeno comércio, as lojas de fazenda seca e as vendas de molhados.

#### QUADRO 13

##### Estabilidade dos vendeiros de molhados de Mariana e Camargos (1733-1753)

Frequência	Mariana	%	Camargos	%
1 vez	172	51,0%	44	37,6%
De 2 a 5 vezes	118	35,0%	47	40,2%
De 6 a 10 vezes	36	10,7%	18	15,4%
Mais de 11 vezes	11	3,3%	8	6,8%
Total	337	100%	117	100%

Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

#### QUADRO 14

##### Estabilidade dos lojistas de fazenda seca de Mariana e Camargos (1733-1753)

Frequência	Mariana	%	Camargos	%
1 vez	21	23,9%	6	18,8%
De 2 a 5 vezes	37	42,0%	12	37,5%
De 6 a 10 vezes	23	26,1%	10	32,2%
Mais de 11 vezes	7	8,0%	4	12,5%
Total	88	100%	32	100%

Fonte. AHCMM, Registro de Coimas e Fianças códigos: 123,133, 168, 172, 383, 570, 646, 648, 649, 652, e 664.

As lojas, como podemos ver nas tabelas acima apresentam índices de estabilidade mais elevados para o período estudado, tanto em Camargos como em Mariana, apesar dos lojistas da primeira localidade serem um pouco mais estáveis. A explicação para tal fato está a nosso ver ligada a uma série de fatores. Entre eles está em primeiro lugar a natureza da própria atividade, ou seja, a loja é um estabelecimento fixo o que já denota estabilidade, que não é o caso das vendas de molhados que na maioria dos casos é feita de forma volante. Em segundo lugar, pelas características dos donos desse tipo de estabelecimento, normalmente de origem portuguesa, mais abastados, tinham maior capacidade de investimento em estoques de mercadorias e de diversificação em outras atividades.

Nas Minas setecentistas, havia uma predominância de portugueses no trato mercantil, tendência que permanecerá até meados do século XIX. Como os portugueses dominavam o comércio fixo de lojas e por grosso, isso indicava que as fatias mais lucrativas dos negócios estavam nas suas mãos (...)<sup>5</sup>

A capacidade de diversificação é um importante fator para manutenção de um comerciante na praça. Quando a loja ou a venda passava por períodos de baixos rendimentos os lucros de outras atividades desenvolvidas concomitantemente, como a mineração, produção agro-pastoril, entre outros compensava os prejuízos.

O que não acontecia com os vendeiros. Para estes os reduzidos lucros provenientes da venda a retalho de molhados também definia a sua reduzida capacidade de investimento em diferentes ramos e logo de acumularem capital para momentos de crise. Dessa forma, um período inicial de baixas vendas condenava os mesmos a abandonarem definitivamente a praça de comércio. Tal ocorrência fica muito clara para o caso dos vendeiros de Mariana como podemos ver no quadro 13 onde mais da metade desaparecem dos registros de coimas e fianças de um ano para o outro.

Enfim a praça de comércio de Mariana apresentou-se como mais instável para os pequenos comerciantes, sobretudo, para aqueles de origem mais pobre. Mulheres, forros e vendeiros sofreram para permanecer em tal praça dada as suas limitações financeiras. O mercado colonial mostrava-se cruel para aqueles que tinham poucos recursos. A permanência no pequeno comércio como em qualquer outro ramo de atividade mercantil esteve quase sempre ligada a capacidade de diversificação do comerciante.

### **3.2 – A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DOS COMERCIANTES EM CAMARGOS E MARIANA (1718-1755)**

Seguindo com a construção do perfil do pequeno comerciante enfatizaremos a partir de agora, a forma de atuação destes, em diferentes ramos das atividades econômicas. Tal diversidade, como destacamos anteriormente, foi um meio muito utilizado pelos comerciantes coloniais para se perpetuarem. Isso acontecia principalmente devido à restrição de oportunidades que oferecia o mercado colonial, fazendo com que o agente comercial procurasse aplicar seu capital de forma diversificada reduzindo assim o risco de falir<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 237.

<sup>6</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.. p.326.

Contrariando Braudel que afirma:

São os ofícios, os lojistas e mesmo os vendedores ambulantes que se especializam, são o alto da pirâmide (...) o comerciante de grande envergadura nunca se limita, por assim dizer, a uma atividade única.<sup>7</sup>

Trabalharemos nesse tópico com a idéia de que tal estratégia de ação não foi exclusividade apenas dos comerciantes mais abastados. Ou seja, uma parcela dos comerciantes da base tiveram também como estratégia à diversificação. Esses agentes devido à situação financeira desfavorável, em relação aos grandes homens de negócio, diversificavam em uma escala menor, normalmente em ramos bem próximos a sua principal atividade, por exemplo, os donos de loja de fazenda seca que atuavam no ramo de venda de molhados.

A partir da análise e cruzamento dos dados de nossas fontes podemos notar que donos de vendas de molhados e lojas de fazendas secas de Camargos e Mariana tiveram uma atuação bem variada. Através dos registros de almotaxaria, coimas e fianças e dos dízimos, podemos identificar quatro áreas de ação dos agentes comerciais dessa localidade: a venda de molhados, a loja de fazenda seca, os ofícios mecânicos e a produção rural. Nesta exposição vamos dividir estes comerciantes em cinco grupos: os primeiros são os comerciantes que são donos de vendas de molhados e loja de fazenda seca ao mesmo tempo; o segundo são dos oficiais mecânicos que são donos de lojas ou vendas de molhados; o terceiro dos produtores rurais que também atuam nas vendas de molhados; o quarto são os comerciantes atuam em um mesmo ramo só que possuindo mais de um estabelecimento e, por fim, os que exerceram mais de duas atividades econômicas simultaneamente.

Analisando o primeiro grupo pelos registros de coimas e fianças, há uma tendência de diferenciação do tipo de mercadorias comercializadas, molhados e secos. Com isso, as pessoas que optassem pela venda dos dois tipos de mercadorias necessariamente deveriam abrir dois estabelecimentos distintos. Assim sendo, a seguir temos no quadro 15 a lista de nomes de comerciantes que ilustram a quantidade de pessoas que aparecem como proprietárias de venda de molhados e loja de fazenda seca ao mesmo tempo nas duas localidades.

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas: civilização matéria, e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins

**QUADRO 15**  
**Comerciantes proprietários de lojas de fazendas secas e vendas de molhados em Camargos e Mariana (1733-1753)**

<b>Camargos</b>	<b>Mariana</b>
Ambrósio Monteiro da Fonseca	Antonio Gonçalves de Aguiar
Antônio da Rocha Correia	Antonio Ferreira de Azevedo
Antônio Dias de Meireles	Domingos José de Oliveira
Antônio Francisco de Almeida	Feliciana da Fonseca Barbosa
Antônio Vicente de Almeida	Felipe da Costa Chaves
Bernardo Gonçalves de Almeida	Henrique Rodrigues de Souza
Francisco Moreira da Costa	José Machado Lousada
Gabriel de Souza Brito	José Pereira da Costa
João Ferreira Braga	Manuel Cardoso de Matos
João Vieira Lima	
José do Couto Cruz	
José do Vale Cunha	
José Mendes Viana	
Manoel da Costa Gião	
Manoel Moreira da Costa	
Manoel Pereira Braga	
Manoel Ribeiro de São Francisco	
Sebastião Barbosa da Cunha	

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códigos 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664

Temos, portanto, em Camargos 18 comerciantes que se dedicavam simultaneamente ao duplo comércio e em Mariana apenas 9. Comparando este número com o total de agentes comerciais identificados nos registros de coimas e fianças (175), chegamos a aproximadamente 10% de indivíduos que buscaram diversificar suas atividades comercializando secos e molhados em Camargos, enquanto em Mariana apenas 1,5% fizeram essa opção. Esse número demonstra que ter dois estabelecimentos funcionando ao mesmo tempo era algo corrente na praça de Camargos. Já em Mariana os donos de lojas não se aventuravam nos estabelecimentos de molhados com tanta frequência. Um motivo para tal fato está na concorrência das forras e escravas do mercado marianense, a qual diminuía o lucro e afugentava os investidores lojistas desse comércio.

Para manterem os dois comércios funcionando ao mesmo tempo, esses comerciantes colocavam pessoas de sua confiança (como parentes próximos, escravos, etc), à frente dos de menor porte, enquanto se dedicavam com maior ímpeto no mais rendoso, aqui a loja de fazenda seca. No caso de Camargos, devido a suas reduzidas extensões territoriais, esse controle devia ser feito bem de perto pelos donos dos estabelecimentos. Vale ressaltar que em alguns casos listados

acima, a venda de molhados também é feita de forma volante por uma escrava de ganho (negra de tabuleiro)<sup>8</sup>.

Um outro grupo de comerciantes que atuava de maneira diversificada eram os oficiais mecânicos. O ramo comercial para estes apresentava-se como mais um recurso de acumulação de riqueza, ou seja, o ofício era sua principal ocupação sendo as demais atividades complementares<sup>9</sup>. A pequena atividade comercial dos artesãos muitas vezes acontecia no próprio ambiente de confecção de suas peças, como são os casos dos alfaiates e sapateiros. Os alfaiates e sapateiros donos de lojas de fazenda seca, além de confeccionarem as roupas e sapatos sob encomenda, vendiam também em seus estabelecimentos roupas prontas, tecidos e materiais de armarinho em geral.

Os artesãos, desse modo, puderam escolher, num dado conjunto de alternativas, entre aquelas opções de emprego de mão de obra e capital que facultavam a utilização das próprias capacidades profissionais, elegendo como raio de ação, por vezes, os círculos de acumulação afim.<sup>10</sup>

Nos registros de coimas e fianças de Camargos encontramos apenas os alfaiates enquadrados nessa perspectiva de ação do oficial mecânico, resultando num total de 11 oficiais donos de lojas de fazenda seca. Em Mariana outros oficiais mecânicos aparecem como proprietários desse tipo de estabelecimento apesar da significativa presença dos alfaiates, são 33 alfaiates, 1 sapateiro e 1 carpinteiro.

Por outro lado, temos nos mesmos registros vendas de molhados sob propriedade de artesãos. Porém essas casas de comércio estão disseminadas em mais seguimentos de oficiais como podemos ver no quadro 16.

**QUADRO 16**  
**Oficiais donos de venda de molhados em Camargos e Mariana (1733-1753)**

Camargos			Mariana		
Ofício	Frequência	%	Ofício	Frequência	%
Alfaiate	9	60,0%	Alfaiate	6	46,1%
Ferrador	4	29,6%	Sapateiro	4	30,8%
Sapateiro	2	13,3%	Carpinteiro	1	7,7%
<b>Total</b>	15	100%	<b>Seleiro</b>	2	15,4
			<b>Total</b>	13	100%

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códigos 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664

Os alfaiates mais uma vez destacam-se, mostrando uma estratégia deste grupo de profissionais quanto à diversidade de atividades. A participação na venda de molhados, ramo

<sup>8</sup> REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. 1989. p. 78.

<sup>9</sup> BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690-c. 1750*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2002, p. 106.

<sup>10</sup> *Ibidem*. p. 106.

distante do ofício que exerciam, ilustra bem o quanto esse grupo de oficiais diversificava suas atividades.

Dos 101 alfaiates que encontramos na documentação 42 (41%), ou são donos de venda de molhados ou de loja de fazenda seca. Os sapateiros, seguido dos ferradores e seleiros, também aparecem com destaque entre os oficiais comerciantes. Os demais oficiais mecânicos presentes nos registros de coimas e fianças caracterizavam-se por uma ação mais conservadora ou com menor capacidade de acumulação. Ação essa que predominou em boa parte dos artesãos de Camargos e Mariana.

Os produtores rurais ligados à atividade comercial formam o terceiro conjunto de comerciantes coloniais que enfatizamos em nossa pesquisa. Essas duas atividades foram desde os primórdios da ocupação mineira interligadas.

A mineração definiu a forma de povoamento e colonização criando espaços desde o início para um grande fluxo de mercadores em Minas. Estes mercadores, por sua vez, criaram rapidamente condições para o abastecimento do comércio fixo, dada sua vinculação com a produção agrícola<sup>11</sup>.

A forte ligação que se deu em Minas Gerais entre a produção rural e o pequeno comércio local esteve relacionada à necessidade dos agricultores em mercantilizarem suas produções ou parte delas. Dessa forma, em Camargos encontramos na lista dos dizimistas no triênio 1751-1754, 17 (34%) produtores rurais dos 50 presentes, aparecendo nos registros de almotaçaria e nas coimas e fianças, como comerciantes. Esses agentes eram, na maioria, donos de venda de molhados e usavam este espaço provavelmente para negociarem suas produções. Aqui, mais uma vez, temos a presença do escravo auxiliando esses indivíduos na comercialização dos produtos, seja na venda fixa ou volante de mercadorias produzidas nas suas roças. Como exemplos destes comerciantes proprietários rurais podemos citar Amaro Pires, José do Rego Nunes e Manoel de Meireles, Alferes Bernardo Gonçalves Chaves, Francisco Teixeira Braga<sup>12</sup>.

O vínculo com a terra, marca dos pequenos comerciantes de Camargos e Mariana, vai para além da questão da diversidade de atividades e pode estar inserido no contexto dos valores da sociedade do Antigo Regime. Valores esses que colocava as pessoas envolvidas nas atividades mercantis em situação de inferioridade e as ligadas ao campo com maior status.<sup>13</sup> Dessa forma o comércio funcionaria como uma passagem que permitiria o acesso ao topo da sociedade.

(...) o comércio era, antes de mais nada, o meio por excelência para a ascensão social. Atraía preferencialmente imigrantes portugueses pobres que, uma vez instalados no topo da sociedade colonial abandonavam a atividade mercantil ou, no mínimo, direcionava seus filhos para outras atividades.<sup>14</sup>

Sabemos que é precipitado pensar que o ideal aristocrático fazia parte da mentalidade dos comerciantes da base do comércio em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Todos

---

<sup>11</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores da Minas setecentista*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 40.

<sup>12</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>13</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 180.

<sup>14</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Op. Cit. p. 28

os estudos que trataram do tema até hoje apontam essas características para os grandes homens de negócio, mas a partir da análise de alguns inventários de indivíduos que aparecem nos registros de coimas e fianças e de almotaçaria como comerciantes varejistas temos fortes indícios de que tal procedimento acontecia também entre os pequenos comerciantes. Dos 13 inventários analisados apenas dois apresentam indícios de que os inventariados tenham falecido atuando no comércio. São os casos de Paulo Carneiro Pereira<sup>15</sup> e Inácia de Araújo Costa, respectivamente donos de casas de corte de gado. Paulo aparece como proprietário de casa de corte de gado, contrariando a estratégia do seu grupo, possuía apenas um estabelecimento. Tal comerciante parece não ter finalizado sua carreira como dono de casa de corte de gado exitosamente, pois além do modesto monte-mor de 737\$685, consta no seu inventário a cobrança de aluguéis atrasados a Manuel Dias de Souza e esposa. Inácia era forra e além da casa de corte de gado era proprietária de terras.

Por outro lado em 5 inventários (40%), os de João Viera de Lima<sup>16</sup>, Capitão Mor Luís da Costa Ataíde<sup>17</sup>, Maria Lopes<sup>18</sup>, Domingos Lopes Pênedo<sup>19</sup>, e João de Caldas Bacelar<sup>20</sup> há propriedades rurais listadas. Sendo os dois últimos com 3 e 4 propriedades respectivamente.

João de Caldas Bacelar é o mais abastado entre os supracitados, sua fortuna líquida é de 12:205\$074. Português, solteiro, sem filhos deixou como herdeiro seu sobrinho Luiz Manuel de Caldas Bacelar. Além das 4 propriedades rurais listadas podemos perceber entre seus bens 27 escravos, desses 10 eram mulheres e 17 homens, sendo que, 5 escravas tinham idade menor que 8 anos de idade. Entre os escravos do sexo masculino havia apenas uma criança. A predominância de homens se explica pela natureza das atividades desenvolvidas por Bacelar.

Os bens de João de Caldas indicam que suas atividades estavam quase todas voltadas para a produção agro-pastoril, são ferramentas como enxadas, alavancas, machado, martelo, entre outros; animais como bois, vacas, porcos, mulas; e claro unidades produtivas como *“uma fazenda com terras de culturas, capoeiras, matos virgens, árvores de espinho, casas de vivenda, paiol, moinho, engenho de bois de moer cana coberto de telhas na paragem chamada Boa Vista”*<sup>21</sup>, *um canavial, uma sesmaria de terras brutas, alambique na fazenda do Piranga, entre outras propriedades.*

Bacelar ainda possui nove casas de moradas situadas em Mariana num valor de 1:120\$000. Como podemos ver trata-se de um indivíduo que apresenta um considerável patrimônio que fora conquistado investindo em diversos ramos econômicos. Apesar de abandonar o pequeno comércio varejista no fim da vida, a presença de um escravo tropeiro em seu plantel, Domingos crioulo de trinta anos, indica que ele não abandonou a atividade mercantil definitivamente.

---

<sup>15</sup> Inventário de Paulo Carneiro Pereira – e sua mulher, 1792. Cartório do 2º Ofício, Caixa 119, Autos 2383. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>16</sup> Inventário de João Viera de Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 34, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>17</sup> Inventário do Capitão Mor Luís da Costa Ataíde, 1800. Cartório do 2º Ofício, Caixa 33, Autos 792. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>18</sup> Inventário de Maria Lopes e seu Marido, 1800. Cartório do 2º Ofício, Caixa 84, Autos 1788. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>19</sup> Inventário de Domingos Lopes Pênedo, 1747. Cartório do 1º Ofício, Caixa 33, Autos 782. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>20</sup> Inventário de João de Caldas Bacelar, 1803. Cartório do 1º Ofício, Caixa 92, Autos 1928. Casa Setecentista de Mariana.

<sup>21</sup> Idem

Muitos pessoas que lidavam com o comércio utilizavam a figura de um terceiro como estratégia de esconder sua atuação no comércio.

(...) o comércio por miúdo, mesmo quando proporcionava ganhos apreciáveis, que, uma vez acumulados, podiam criar grandes fortunas, era ainda uma atividade desprestigiada e, por isso, alguns negociantes chegaram a ocultar o seu empenho nesse gênero de negócios.<sup>22</sup>

O que parece ser o caso de João de Caldas, uma vez que, não encontramos nenhum sinal de que ele tivesse ligação direta com o comércio de mercadorias entre seus bens.

Outra característica apresentada pelos escravos de Bacelar é o alto índice de produção interna de cativos. Todas crianças são filhas de cativas. A escrava Luciana crioula possui duas filhas, Maria e Claudina, Joana crioula também possui duas filhas, Romana e Emeriana, Paula crioula também possui dois filhos só que um do sexo masculino, Luciano e um do feminino, Joaquina.

Quanto a sua passagem no ramo do pequeno comércio parece ter sido curta, ele aparece de 1748 a 1750 como proprietário de uma venda de molhados e depois disso só aparece no ano de 1751 atuando por meio de sua escrava Roza no comércio de molhados. Não configurando assim um caso de alguém que tenha obtido seu pecúlio na atividade mercantil e depois se transferido para aquelas ligadas ao campo.

Outro indivíduo que durante sua vida atuou em algum momento no comércio e que no final da vida não mais aparece como comerciante é João Vieira Lima. Natural da freguesia de São Salvador de Souto de Rebordões, Portugal, solteiro tem uma fortuna estimada em 3:761\$204. Entre seus bens constam 21 escravos, sendo 15 homens e adultos e 6 mulheres, duas crianças e 4 adultas. Um perfil de escravaria muito parecido com a de João de Caldas Bacelar. Parecidas também são as atividades desenvolvidas pelos dois, ou seja, atividades ligadas ao campo.

Residente em Bento Rodrigues arraial da freguesia de Camargos entre os bens de João Vieira estão: “*uma fazenda com suas capoeiras e matos com suas casas de morada, paiol, moinho cobertis de telha situados no Rio sem Peixe*”<sup>23</sup>, 600 alqueires de milho no paiol, 30 alqueires de arroz em casca, 50 porcos, 9 cabeças de gado vacum, 3 mulas, machados, alavancas de ferro, facões, entre outros. Pelos seus bens João Vieira de Lima no final de sua vida dedicou-se exclusivamente a produção agro-pastoril.

A atuação de João Vieira de Lima, na atividade mercantil, ao contrário de Bacelar foi longa. O primeiro perdurou por mais de 11 anos à frente do pequeno comércio, mais exatamente de 1735 a 1746. Lima aparece como dono de loja de fazenda seca e venda de molhados no período. O tempo no comércio e o tipo de estabelecimento já podem mostrar um caso em que houve uma possível transferência de riqueza da atividade mercantil para o investimento em propriedades rurais.

Havia ainda um grupo de indivíduos atuantes no mercado das duas localidades que diversificava fora dos padrões dos dois primeiros grupos. Entre esses havia os que diversificavam

---

<sup>22</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995. (Tese de doutorado) p. 106.

<sup>23</sup> Inventário de João Vieira de Lima, 1782. Cartório do 2º Ofício, Caixa 34, Autos 1022. Casa Setecentista de Mariana.

atuando no mesmo ramo só que em localidades ou pontos diferentes no mesmo núcleo urbano. Como exemplo do primeiro caso, temos Francisco da Silva Carneiro<sup>24</sup> que possuía três lojas de fazenda seca, em Mariana, Piranga e Antonio Pereira respectivamente. Já os donos de casa de corte de gado tiveram como estratégia à manutenção ao mesmo tempo de mais de um estabelecimento na mesma praça só que em locais diferentes. Esses foram os casos do Capitão João Jorge Rangel, João de Macedo Rodrigues, João de Souza Rodrigues<sup>25</sup>, Manuel Rabelo Borralho que tinham todos seus estabelecimentos no distrito sede do termo.<sup>26</sup>

O último grupo que vamos destacar é o dos comerciantes que atuavam em mais de duas atividades simultaneamente. Como destacamos no início desse tópico, no mercado colonial havia um reduzido raio de ação para que o pequeno empreendedor agisse, o que ocasionou a diversidade de ação destes agentes. Assim sendo, os mais variados indivíduos, provenientes de distintos ramos profissionais, embarcaram no ramo comercial.

A percepção de que lavradores de cana, advogados, médicos, artesãos, enfim, os mais diversos tipos de profissionais desenvolveram (...) também o comércio, mostra que essa não era uma via de ascensão social somente de portugueses pobres (...) mas também para muitos já aqui estabelecidos e que também buscavam ascender ou ao menos, sustentar um status já adquirido<sup>27</sup>.

Alguns grupos, ao que nos parece, utilizaram-se da diversificação como um meio de agir dentro do mercado colonial. Nas duas localidades estudadas temos uma considerável quantidade deste tipo de agente comercial. Antônio Francisco de Almeida<sup>28</sup>, por exemplo, acumula o ofício de alfaiate, dono de uma loja de fazenda seca e ainda uma venda de molhados. Similares a este exemplo são os casos de:

#### QUADRO 17

##### Alfaiates proprietários de Vendas de molhados e Lojas de Fazenda seca em Camargos e Mariana (1733-1753)

<i>Afiançado</i>	<i>Localidade</i>
<b>Antônio Vicente de Almeida (Alfaiate)</b>	Camargos
<b>Bernardo Gonçalves Chaves (Alfaiate)</b>	Camargos
<b>João Ferreira Braga (Alfaiate)</b>	Camargos

<sup>24</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotafaria.

<sup>25</sup> Esse ainda acumulava a propriedade de uma venda de molhados.

<sup>26</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotafaria.

<sup>27</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. p. 253.

<sup>28</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotafaria.

<b>José do Couto Cruz (Alfaiate)</b>	Camargos
<b>Manoel da Costa Gião (Alfaiate)</b>	Camargos
<b>Manuel Pedroza Fontoura (Alfaiate)</b>	Mariana
<b>Bernardo Ribeiro Coimbra (Alfaiate)</b>	Mariana
<b>Antonio Teixeira de Carvalho (Alfaiate)</b>	Mariana
<b>Antonio Álvares de Souza (Alfaiate)</b>	Mariana
<b>Antonio Ferreira de Azevedo (Mascate)</b>	Mariana

FONTE: AHCMM, Registro de coimas e fianças, códigos 133, 168, 172, 383, 646, 648, 649, 652 e 664.

Dos comerciantes listados acima quase a totalidade é de alfaiates indicando que esse grupo de oficiais tinha uma estratégia coletiva de atuação no pequeno comércio. Ação essa que visava a manutenção da hegemonia do grupo frente ao pequeno comércio local. Hegemonia está demonstrada na concentração de lojas de fazenda seca nas mãos destes homens.

Os comerciantes ligados ao campo também procuraram diversificar ao máximo suas atividades como são os casos de Francisco Moreira da Costa, José do Vale Cunha, Manoel Ribeiro de São Francisco e Sebastião Barbosa da Cunha, entre outros<sup>29</sup>. Estes indivíduos dedicavam-se a produção agrícola, a venda de molhados e a loja de fazenda seca. Houve também oficiais mecânicos que eram produtores agropecuários e ainda tinham venda de molhados, como é o exemplo do sapateiro Francisco Monteiro da Silva<sup>30</sup>. Todavia, a partir dos inventários, como vimos anteriormente, fica evidente que esses produtores rurais tendiam a abandonar o pequeno comércio e se dedicarem no final da vida à atividade rural.

Algo que vale ser ressaltado é a quase inexistência de vínculos com a atividade mineratória por parte dos comerciantes das duas localidades, pelos menos nos seus inventários. Dos treze inventários apenas no de João Soares Guimarães<sup>31</sup> aparece uma ligação com a extração de ouro. João aparece como sócio de Alexandre Guedes e outros na lavra de Santana de Baixo com 15 escravos.

Em suma, o que vislumbramos até aqui foi uma eminente diversificação de atividades por parte dos pequenos comerciantes de Camargos e Mariana. O que demonstra que a capacidade de diversificar não era uma exclusividade dos comerciantes de grosso trato. Os exemplos aqui apresentados indicam que, sempre que surgia a oportunidade de expandir seus negócios, esses agentes comerciais o faziam, mesmo que atuando em um raio menor.

A partir do que foi tratado aqui temos subsídios importantes para a construção da hierarquia do pequeno comércio local. Vimos que a longevidade à frente do comércio, a capacidade de diversificação, as modalidades de pequeno comércio são caminhos fundamentais

<sup>29</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>30</sup> Fontes: AHCMM, Registro de coimas e fianças e Registro de Almotaçaria. APM. Lista dos dizimistas.

<sup>31</sup> Inventário de João Soares Guimarães, 1783. Cartório do 2º Ofício, Caixa 36, Autos 84. Casa Setecentista de Mariana.

para se chegar àqueles que se destacaram dentro do grupo de comerciantes varejistas. Nesse sentido, e voltando aos dados apresentados até aqui chegamos à conclusão de que os comerciantes proprietários de lojas de fazenda seca fazem parte do topo da hierarquia do pequeno comércio local. Isso porque são os que apresentam taxas de estabilidade superiores aos donos dos demais estabelecimentos<sup>32</sup>, esses também demonstram ter maior capacidade de diversificação, estando ligados aos ofícios mecânicos, a produção agrícola e a venda de molhados.

Os ligados à terra podem ser considerados, mesmo dentro desse grupo, beneficiários de um status maior dado os valores da sociedade que se formou nas Minas. Isto é, nos moldes do Antigo Regime, aonde o vínculo com a terra funcionava como estratégia de enobrecimento. E os inventários como dissemos anteriormente nos dão bons indicativos de que havia uma tendência ao abandono das práticas comerciais quando o comerciante obtinha um maior patrimônio. É evidente que não podemos entender a ligação com a terra apenas como uma estratégia de aristocratização, a questão mercantil talvez fosse a mais proeminente, uma vez que, plantando e revendendo direto ao mercado consumidor local era a chance de auferir maiores lucros. Até mesmo por isso esses comerciantes merecem destaque.

Os donos de casa de corte de gado de Camargos e especialmente de Mariana fazem parte de um importante grupo de comerciantes podendo ser considerados como um grupo intermediário de agentes. Como vimos anteriormente apesar de terem uma atuação mais especializada possuíam normalmente mais de um estabelecimento, o que demonstra que tinham importante capacidade de investimento.

Outro grupo que estaria abaixo desses supracitados seriam os comerciantes mais especializados e que permaneceram por mais tempo à frente de seu estabelecimento. É este o caso dos donos de lojas de fazenda seca em primeiro lugar e os donos de vendas de molhados em segundo. Mesmo não tendo atuado em ramos variados a permanência por longo tempo a frente do comércio os colocava em um situação de relevo nas duas praças de comércio estudadas.

Na base da atividade mercantil de pequena monta temos uma multidão de vendeiras, escravas ou forras, que em função de vários fatores econômicos e sociais eram condicionadas a essa posição. Os econômicos estão ligados aos poucos recursos que tinham para se manterem no débil mercado colonial, com reduzida circulação de numerário e crédito disseminado. Tal situação perpetuava a pobreza entre os membros desse grupo, e ao mesmo tempo, abria espaço para ascensão econômica para um seleto grupo de ex-cativos.

---

<sup>32</sup> Ver quadro 11

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Mineria y espacio económico em los Andes*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *Decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971.
- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Process and form in social life*, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIER, Pierre. A economia dos bens simbólicos. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996
- BOXER, Charles Ralfh. *Idade de Ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair Lacerda. 2ª. ed. rev. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O Império marítimo português 1415-1825*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *Os jogos das trocas, civilização matéria, e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- CANO, Wilson. *Economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: **Contexto**, v. 3, 1977.
- COSTA, Iraci Del Nero da, LUNA, Francisco Vidal. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1982.
- CHAVES, Claudia M. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no Sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- \_\_\_\_\_. *Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro (Brasil), século XVII*. In: *Colonial Latin American Review*, Vol. 6, N.º 2. Oxford, Carfax, 1997, pp. 151-164.
- \_\_\_\_\_. & FLORENTINO, Manolo G. *O arcaísmo com projeto: mercado atlântico e sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2Vol. 6ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1974.
- FURTADO, Junia Ferreira. Pérolas negras: Mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Junia Ferreira.(org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_ & VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del(org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história*. Rio de Janeiro, 2000, p.93-113.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Lisboa, 1992.
- GODINHO, Vitorino M. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 3º ed. Lisboa: Arcádia, 1977.
- GORENSTEIN, Riva. O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil (1808-1822).
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas”. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. 1, v.2, 1977.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA Jr, Augusto. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: sem editora, 1978.
- LUNA, Francisco Vidal & Costa, Iraci del Nero. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE / PIONEIRA, 1982.
- MATTOSO, Katia Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1809)* São Paulo: Hucitec, 1979.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PINTO, Virgílio Nóia. *O ouro brasileiro e o comércio anglo português*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional, 1979.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- SAMPAIO, A. C. Jucá de. Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro ( c.1650-c.1750 ). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SIDERI, Sandro. *Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa, Cosmos, 1978.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português(1701-1750). In: FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, M. Fernanda e GOUVÊA, M. Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. Cia Editora Nacional, 1957.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- TANDETER, E. , MILLETICH, V. , SCHMIT, R. . “Flujos mercantiles em el Potosí colonial tardío”. In: SILVA, RIQUEER, Jorge, GROSSO, Juan Carlos, YUSTE, Carmem (orgs). *Circuitos mercantiles y mercados en Latinoamérica*. México: Instituto de investigaciones Dr. José Maria Luis Mora, 1995.
- THOMPSON, Eduard P. A economia moral da multidão inglesa. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel de. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel de (org). *Historia de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, v.4, Lisboa: Estampa, 1998.

## 2- ARTIGOS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Capitania de Minas Gerais de 1750-1850: base da economia e tentativa de periodização. In: *Revista do LPH*, N°5, pp. 88-111, 1995
- BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996
- CHAVES, Claudia M. G. Mercados e mercadores: entre a liberdade e o privilégio. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*, São Paulo, 2001.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Ofícios manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org) . *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Para que serve a história econômica? In: *Estudos históricos*: Rio de Janeiro, n° 29, 2002. p. 3-28.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte, 1986.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N° 74. São Paulo, 2006.
- MOTT, Luís R. B. Subsídios para a história do pequeno comércio no Brasil. In: *Revista de História*, vol. 53, n°105, 1976, pp. 81-106.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações v. 20, n° 39, p. 115-134
- PAIVA, Eduardo França. Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX. In: *Revista de História (LPH)*, n° 6. Mariana: Ed. UFOP, 1996

- REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. *In: Revista do departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG. 1989. p. 72-85.
- ROMANO, Ruggiero. *Moneda, seudomonedas y circulacion monetaria em las economias de México*. México: Fondo de Cultura Economica-El Colegio de México, 1998; Dans les Andes: monnaie, pseudomonnaies et économies au XVIII Congresso de História Nacional. Bogota...
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil. *In: Estudos históricos*: Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p. 29-49.

### **3- TESES E DISSERTAÇÕES E OUTROS**

- ALMEIDA, Carla M. C. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). UFF, 2001,(tese de doutorado).
- BARRETO, Daniela Santos. *A qualidade do artesanato: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c.1690-c. 1750*. Rio de Janeiro:UFRJ, 2002. (dissertação de mestrado)
- CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro 1790-1830.UFRJ, Rio de Janeiro 1990.(tese de doutorado).
- PARGA, Eduardo Antonio Lucas. Entre fazendas, secos e molhados – o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850-1875). Niterói: UFF, 1995. (dissertação de mestrado)
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. (tese de doutoramento)
- PUFF, Flávio Rocha. Os pequenos comerciantes nas Minas Gerais setecentistas: Camargos e Bento Rodrigues (1718-1755) (monografia de bacharelado)
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). Franca: Unesp, 1998. (Dissertação de mestrado)
- ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP, 1951. (tese de doutoramento)